

2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, DÉFICIT HABITACIONAL E ASSENTAMENTOS DE SUBMORADIAS NO BRASIL

Como auxílio à análise desenvolvida neste trabalho, faz-se necessário ainda que alguns outros dados que, de maneira menos explícita, relacionam-se com a mobilidade residencial, a segregação sócio-espacial e a globalização sejam postos em debate. Estariam estes ligados à distribuição de renda e o déficit habitacional no país.

Também o conceito de assentamento de submoradias aqui será apresentado, por ser nosso o local que selecionamos para o estudo de caso, o Alto Santo Antônio, assim definido pela Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) mostrando sua relação, principalmente, com o déficit habitacional brasileiro.

2.1. Distribuição de renda e déficit habitacional

O fenômeno da concentração de renda brasileiro mostra uma incomparável e perversa estabilidade, ao longo do tempo. Mesmo quando a economia cresce, a distribuição de renda não melhora.

Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), com base na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílio (PNAD), nas duas últimas décadas e início do século XXI a distribuição de renda permanece praticamente inalterada no país (vide tabela 1), ou seja, os 10% mais ricos da população concentram em suas mãos, em uma média do período proposto, 47,75% da riqueza do país. Enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 12,38%; menos do que concentra sozinho 1% dos mais ricos do país, que é 13,83%. Em outras palavras, o neoliberalismo e a inserção do país na economia globalizada, que se processou no decorrer dos dois últimos decênios, em nada



altera a distribuição de renda no país e as condições de vida da população, pelo contrário, pioram, uma vez que em 1981 a parcela dos mais pobres detinha 13,14% da renda brasileira e em 2002 só 12,98%.

Outros vetores amplificam este processo de desigualdade e pobreza, como o padrão de acumulação historicamente centrado no arrocho salarial; desemprego e precariedade das relações de trabalho; estrutura tributária regressiva; redirecionamento do gasto público e os desníveis educacionais (OLIVEIRA et CHAVES, 2004, p. 3).

Outro aspecto que ressalta a questão da desigualdade sócio-econômica no Brasil, além de revelar, até certo ponto, a segregação sócio-espacial, é o déficit habitacional. Hoje, a questão do acesso de grande parcela da população à moradia digna, é um dos maiores problemas a serem enfrentados pelas esferas de governo no Brasil.

No contexto brasileiro, enquanto em 1991 havia a demanda por 5.374.380 novas moradias, em 2000 esse número sobe para 6.539.528 unidades habitacionais representando acréscimo de 21,7% no decurso de quase uma década, a uma taxa de crescimento de 2,2% ao ano. A elevação do grau de urbanização brasileiro fez com que o déficit habitacional urbano ajustado crescesse consideravelmente, em 1,5 milhão de moradias [...]. Relativamente, no entanto, há ligeira queda do déficit, de 15,4% do estoque de domicílios permanentes em 1991, para 14,6% em 2000 [...] (FJP, 2002: 8).

Mesmo havendo uma queda no déficit do estoque de domicílios permanentes, ou seja, o aumento de moradias em condições de serem habitadas, mas que não estão sendo utilizadas, como nos mostra as informações da Fundação João Pinheiro (FJP), as cidades, em seu modelo urbanístico e em seu

oferecimento de postos de trabalho, não estão preparadas para absorver o grande contingente de moradores recém implantados no espaço urbano. Assim, a maior parte da população fica excluída, sem ter a oportunidade de vir a habitar tais moradias.

Tabela 1 – Porcentagem da renda nacional apropriada por 1% dos mais ricos, 10% dos mais ricos e 50% dos mais pobres de 1981 a 2002

Ano	Parcela apropriada da renda nacional (%)		
	1% dos mais ricos	10% dos mais ricos	50% dos mais pobres
1981	12,67	46,40	13,14
1982	13,02	46,91	12,7
1983	13,47	47,38	12,51
1984	13,19	47,27	12,99
1985	13,61	47,75	12,46
1986	13,77	46,95	13,02
1987	14,11	47,75	12,22
1988	14,41	49,47	11,46
1989	16,48	51,50	10,62
1990	14,20	48,78	11,45
1991*	-	-	-
1992	13,23	45,78	13,11
1993	15,09	48,64	12,31
1994*	-	-	-
1995	13,81	47,85	12,35
1996	13,53	47,52	12,09
1997	13,78	47,67	12,12
1998	13,86	47,80	12,34
1999	13,24	47,27	12,69
2000*	-	-	-
2001	13,90	47,45	12,58
2002	13,42	47,02	12,98
Média	13,83	47,75	12,38

* Anos em que não foi realizado a PNDA.

Fonte: IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2005.

José Romeu de Vasconcelos et José Oswaldo Cândido Júnior (1996), em análise feita sobre pesquisa de déficit habitacional realizado em 1995 pela FJP,



ainda acrescenta que do total do déficit habitacional determinado para o país; 25,60% localizava-se nas áreas metropolitanas; 45,40% nas demais cidades e 29,40% nas áreas rurais, o que nos leva a crer que esta problemática se concentra de sobremodo nas cidades médias, por causa da atração que estas passam a exercer durante o período analisado, conforme já explanado também no capítulo anterior.

Todavia, mais e mais são aqueles que afluem às cidades, a fim de conseguirem sua ascensão social, muitas vezes lhes negada pelas exigências do mercado de trabalho. Mas os que nelas chegam devem habitar, engendrando novos contingentes populacionais na problemática do déficit habitacional e, conseqüentemente, na má distribuição de renda. Isso tem reflexos graves sobre o espaço urbano principalmente.

A ocupação desordenada aliada à falta de planejamento urbano e às políticas neoliberais, voltadas somente ao crescimento econômico contribui para o surgimento de várias problemáticas urbanas, como veremos no próximo capítulo, em relação às metrópoles e ao seu “transbordamento” para as cidades médias.

Não há uma relação automática entre o crescimento da população, urbanização e a pobreza, foram as políticas subjacentes ao modelo econômico-social que levaram ao aumento da pobreza e esta habita, principalmente, as periferias das áreas urbanas (SANTOS, 2000: 44).

2.2. Assentamentos de submoradias

Conforme divulgado pelo IPEA (1999), entre 1995 e 1999 foram construídas no Brasil 4,4 milhões de moradias das quais apenas 1,2 milhão, aproximadamente, dentro do mercado formal. Isso significa que mais de 3 milhões de domicílios foram construídos em solo urbano invadido ou inadequado. Observa-se também que



grande parte destes domicílios é precária e não oferece qualquer tipo de conforto e qualidade de vida (OLIVEIRA; CHAVES et SIMONCINI, 2004, p. 8).

Estas construções totalmente precárias onde pessoas habitam – melhor dizer, sobrevivem – são chamados habitações subnormais. O conjunto, em um mesmo local, dessas habitações subnormais seria o denominado assentamento de submoradias¹³ ou assentamento subnormal. São locais de moradia das parcelas populacionais menos favorecidos, onde os domicílios são feitos através da autoconstrução e sem atendimento de serviços de infra-estrutura intra-urbanas essenciais (iluminação pública, rede de esgoto, água potável encanada, pavimentação dos logradouros, áreas de lazer, atendimento médico, escolas, coleta de lixo, segurança, entre outros), quase que exclusivos para aqueles que proporcionam a mais-valia ao capital global.

Pela classificação do IBGE os locais constituídos de 51 ou mais submoradias são denominados Aglomerações Subnormais – favelas ou similares. Os locais com menos de 51 são denominados guetos ou redutos de população de baixa renda (OLIVEIRA et CHAVES, 2004, p. 5).

Majoritariamente, as submoradias se localizam em assentamentos irregulares que se distinguem pela ocupação espontânea em terrenos de propriedade alheia (áreas públicas ou privadas) dispostas, normalmente, de forma desordenada e densa; ainda, podem estar localizadas em áreas de riscos (ocupação de encostas íngremes – risco de escorregamento de encostas – e beira de córregos – risco de inundações – por exemplo). Os assentamentos de

¹³ Resolvemos adotar o termo assentamento de submoradias, ao invés de favela, por exemplo, para compatibilizarmos nosso trabalho com os dados da Prefeitura de Juiz de Fora – PJF – que utiliza o termo para sustentar a idéia de que na cidade não há favelas e sim lugares com menos infra-estruturas.



submoradias também são áreas carentes, em sua totalidade ou em parte, de infra-estrutura urbana e serviços essenciais públicos, já supra-exemplificados.

Antes praticamente restritos às metrópoles e às capitais estaduais principais, com algumas ocorrências em outros centros urbanos, os assentamentos de submoradias passaram a se proliferar nas demais cidades brasileiras durante a última década do século XX, seguindo o processo demográfico de desmetropolização que, por sua vez, se orientou de tal forma devido à ordenação de investimentos produtivos do capital globalizado.

Em grande parte, esta proliferação de assentamentos de submoradias nas demais cidades, principalmente nas médias, dá-se pelas mesmas questões delineadas nas metrópoles: falta de políticas públicas de gestão e planejamento urbano que vise a inserção destas populações menos favorecidas no espaço intra-urbano (financiamento a baixo custo das habitações, planejamento de loteamentos populares, etc.) e a concentração dos investimentos de infra-estrutura em áreas já privilegiadas. Não obstante, a questão da propaganda promovida pelas cidades médias e difundida em larga escala pela mídia, feita sobre a “qualidade de vida” e os empregos criados pelo capital globalizado, sobretudo nas cidades médias. Estas questões aqui esboçadas, bem como as descritas no parágrafo anterior, serão apresentadas de forma mais esclarecedora no próximo capítulo, acompanhando também a relação destas questões com o neoliberalismo e a globalização.

Essa questão, sucintamente posta nesses dois últimos parágrafos, serão descritos de forma mais esclarecedora no próximo capítulo.